
Reflexões sobre o programa vila rural a partir de algumas idéias propostas por Ignácio Rangel*

Karina Furini da Ponte**

Resumo

Este artigo tem por objetivo principal realizar uma análise do Programa Vila Rural a partir das concepções de Ignácio Rangel, pois ambos apresentam semelhanças em suas propostas de “Reforma Agrária”, as quais estão baseadas em aspectos não necessariamente rurais, e veiculadas às demandas urbanas e rurais de mão-de-obra.

PALAVRAS CHAVE: Programa Vila Rural, Ignácio Rangel, Reforma Agrária, caráter urbano

SOME REFLECTIONS ABOUT VILA RURAL PROGRAM AND ITS PARALLELISM WITH IGNÁCIO RANGEL'S IDEAS

Abstract

The main objective of this is to make an analysis of Vila Rural Program taking into consideration the ideas of Ignácio Rangel, as both of them present similarities in their proposal of “Agrarian Reform”, which are not necessarily based on rural aspects and are linked with rural and urban demands for workforce.

KEY-WORDS: Vila Rural Program, Ignácio Rangel, Agrarian Reform, urban character

INTRODUÇÃO

A partir da década de 70, verifica-se no Estado do Paraná um intenso processo de modernização da agricultura com a introdução de maquinários, equipamentos e insumos modernos, provocando assim, alterações na estrutura econômica, política, social e espacial, uma vez que este Estado sempre teve suas principais atividades econômicas ligadas à produção agrícola.

O fenômeno da modernização no meio rural paranaense sempre privilegiou os proprietários mais capitalizados detentores de grandes extensões de terras e produções agrícolas. Com isso, tivemos no cenário agrário a expulsão de um grande contingente de pequenos proprietários que, sem recursos para mecanizar e tecnificar sua agricultura, se deslocaram para as cidades em busca de melhores condições de vida, o que na maior parte

não ocorreu, pois o meio urbano não se encontrava em condições adequadas para atender a tal demanda. Desta forma, podemos observar a degradação das condições de existência desta população, sem empregos ou em subempregos, dificultando sua sobrevivência.

Neste contexto surge o Programa Vila Rural que, segundo o governo paranaense, aparece como uma alternativa de “reforma agrária” menos onerosa e menos violenta, comparada com os assentamentos derivados do processo de luta do MST, e com o objetivo de atender a classe de trabalhadores rurais volantes que não encontravam condições de sobrevivência no meio urbano.

Surgiram muitos questionamentos em torno desta nova proposta de “reforma agrária”, que não se enquadra nos modelos clássicos vigentes até então. Deste modo, as Vilas Rurais assumem uma configuração peculiar de assentamentos da população rural, tendo muita semelhança com a

*Este artigo resultou do trabalho final da disciplina “Perspectivas Teóricas da Produção Familiar no Brasil”, ministrada pela Profª Drª Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol no curso de Pós-Graduação, mestrado em Geografia da FCT-UNESP, campus Presidente Prudente e agradecemos a professora pelas contribuições e auxílio na estruturação do mesmo.

** Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia na FCT – UNESP – Presidente Prudente. E-mail: karina.ponte@bol.com.br

proposta feita por Ignácio Rangel nos anos de 1970-80 e, atualmente, com a de José Graziano da Silva, mostrando uma nova relação campo-cidade, caracterizando de um novo contexto rural.

Portanto, pretendemos apresentar neste trabalho uma breve análise das concepções de Rangel acerca da questão agrária e da urbanização brasileira, prendendo-se mais à sua proposta de uma reforma agrária não necessariamente rural e, tentando assim, realizar um paralelo com o Programa Vila Rural, pois ambos apresentam semelhanças nos objetivos mostrando um novo caráter de assentamento de bóias-frias.

Realizamos, inicialmente, uma caracterização do Programa Vila Rural, pois como é uma proposta nova e restrita ao Estado do Paraná, facilitarão na compreensão e posterior análise com as concepções de Rangel, que serão trabalhadas no item seguinte, no qual foi feita uma breve análise, principalmente, em torno de sua concepção de uma reforma agrária de caráter urbano.

PROGRAMA VILA RURAL: CARÁTER RURAL OU URBANO?

Consideramos relevante neste primeiro momento entender a estruturação e os objetivos do Programa Vila Rural para que posteriormente possamos realizar uma associação com as idéias propostas por Ignácio Rangel no que concerne a Reforma Agrária no Brasil, pois, para este autor, uma mudança na política fundiária dependerá de questões relacionadas às necessidades urbanas, principalmente às referentes a demanda de mão-de-obra.

Sendo assim, ao analisarmos a formação dos lotes nas Vilas Rurais, com suas reduzidas dimensões, a sobrevivência dos moradores enquanto mão-de-obra assalariada e o viés urbano imposto ao Programa podemos, de certa forma, encontrar semelhanças em seus propósitos.

O Programa Vila Rural foi criado em 1995 pelo governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, com o intuito de proporcionar ao trabalhador rural volante (bóia-fria) um lote de 5000 m² (1/2 hectare), com uma casa de alvenaria de 44,56 m² e com infra-estrutura mínima de água, energia elétrica e sistema sanitário. O objetivo principal,

segundo o governo, é o de melhorar as condições de vida das famílias dos bóias-frias, proporcionando seu retorno ao campo.

Segundo o Governo do Estado do Paraná (2002), foram instaladas em todo o Estado um total de 405 Vilas Rurais, contemplando 15.652 famílias. Deste total, 387 estão concluídas atendendo 14.954 famílias e 18 Vilas Rurais estão em obras, com vagas para 698 famílias.

Para a obtenção do lote em uma Vila Rural é necessário que as famílias atendam a certos requisitos como:

- Ser trabalhador rural volante (bóia-fria);
- Ter experiência agropecuária;
- Idade máxima de 55 anos;
- Ser morador do município há 2 anos;
- Não possuir imóvel;
- Exercer atividade remunerada em caráter temporário nas áreas rurais;
- Possuir renda familiar de até 3 salários mínimos por mês;
- Estar morando em subhabitação;
- Família constituída com filhos.

De acordo com o Programa, as Vilas Rurais devem estar localizadas próximas aos distritos ou estradas vicinais para facilitar o acesso à escola, à saúde e ao consumo de bens e serviços pois para o governo se torna inviável a implantação de tais infra-estruturas nestes locais.

Para sua instalação são mobilizados, juntamente com as Prefeituras Municipais, outros 12 órgãos estaduais, cada qual com sua especificidade, como:

- SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento);
- EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural);
- COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná);
- CODAPAR (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná);
- SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná);
- COPEL (Companhia Paranaense de Energia);
- SECR (Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família);

- SERT (Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho);
- SEED (Secretaria de Estado de Educação);
- SESA (Secretaria de Estado da Saúde);
- SUDERHSA (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental);
- IAP (Instituto Ambiental do Paraná).

Segundo o governo do Estado do Paraná, o Programa tem um caráter rural, pois se destina à fixação dos trabalhadores rurais volantes no campo mas, a partir de uma análise da realidade, surgiram questionamentos apontando elementos que denotam a imposição de um caráter urbano de assentamento da população rural.

O primeiro ponto está relacionado à questão da habitação, no qual, segundo Dely apud Cervi (2001), presidente da COHAPAR, a Vila Rural é um programa que busca a construção de residências para os bóias-frias tendo o objetivo de combater a falta de moradia para esta população, proporcionando condições mínimas de habitação.

Deste modo, o Programa representa indiretamente uma tentativa de diminuir o inchaço dos centros urbanos e dos problemas sociais causados pela falta de moradia dos bóias-frias. Portanto, representa uma alternativa para as questões urbanas, uma vez que dotar as cidades de infra-estrutura para atender tal demanda de população acarretará em um dispêndio econômico maior do que no meio rural.

A presença da COHAPAR, que é um órgão vinculado à habitação urbana no Estado do Paraná, demonstra outra característica que vem negar o aspecto rural da proposta. Desta forma, podemos questionar se o Programa é uma Vila Rural ou uma Vila Urbana camuflada de alguns elementos rurais para demonstrar que estão correspondendo aos verdadeiros objetivos das famílias de trabalhadores rurais que é a volta ao campo enquanto produtores agrícolas.

Outro elemento que coloca em cheque o caráter rural do Programa está relacionado às discussões, ainda sem definição, a respeito da forma do imposto, pois, como a Vila tem apenas ½ hectare, o INCRA não a considera como terra rural, mas urbana, cabendo sua tributação como imóvel urbano, o que elevaria consideravelmente o custo para seus moradores.

Ao assumirem a posse do lote, com as devidas infra-estruturas, os custos são repassados às famílias que assumem um financiamento a ser quitado em 25 anos, com um prazo de carência de 30 meses, nos quais pagam taxas simbólicas e, passado este período, iniciam o pagamento de prestações mensais que giram em torno de 20% do salário mínimo vigente para que, posteriormente, possam “receber” o título de proprietário da terra. Mas como vimos, para o INCRA, a Vila Rural é considerada um imóvel urbano, portanto, nesse caso, os moradores não poderiam receber o título de posse do lote.

Um dos objetivos do Programa Vilas Rurais é que, através dos lotes, os moradores possam praticar uma produção agrícola para seu autoconsumo e, ainda, comercializar o excedente como forma de complementar sua renda mensal que será obtida a partir do trabalho rural realizado fora do lote.

Entretanto, a partir da realidade observada pudemos verificar a inviabilidade do projeto pois, segundo Ponte (2002) ao realizar uma análise da Vila Rural Taquara do Reino localizada no município de Ibiporã, região norte-paranaense, verificou-se que a quantidade produzida é ínfima para suprir as necessidades básicas, quanto mais para comercializar. Este fato se deve ao reduzido tamanho do lote (½ ha) e a falta de incentivos destinados aos moradores.

Como a produção é insuficiente para o consumo, o trabalho fora se torna de extrema relevância para as famílias, caracterizando as Vilas Rurais como reserva de mão-de-obra, tanto para o meio urbano como para o meio rural, sendo vistos como proletariados temporários pois, como não conseguem manter uma economia mercantil simples, necessitam buscar outras atividades externas ao lote para auferir renda.

Segundo Oliveira (1999) há regiões no Estado do Paraná que apresentam áreas com cultivos que demandam mão-de-obra temporária, como por exemplo, a Microrregião Geográfica de Campo Mourão e Umuarama; mas por outro lado, há outras como a Microrregião de Ponta Grossa e de Prudentópolis, nas quais predominam culturas que não necessitam deste tipo de serviço, pois apresentam uma concentração da cultura que utilizam a mecanização, como a soja e o trigo.

Sendo assim, podemos questionar como se dá a sobrevivência dos moradores destas Vilas Rurais, pois se os lotes não produzem uma quantidade suficiente para sua reprodução e o município não apresenta a demanda de trabalho necessário como será a manutenção destas famílias?

Como podemos perceber, as Vilas Rurais apresentam algumas características peculiares que as diferenciam de um modelo clássico de Reforma Agrária. É neste sentido, que procuraremos nesta segunda parte, realizar uma análise destas características com as concepções de Ignácio Rangel.

CONTRIBUIÇÕES DE IGNÁCIO RANGEL PARA A COMPREENSÃO DO PROGRAMA VILA RURAL

Ignácio Rangel, durante sua vida intelectual, proporcionou numerosas contribuições ao estudo das questões agrárias e urbanas, sendo muito criticado por suas concepções inovadoras e elitistas sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro.

Um dos pontos centrais das obras de Rangel está relacionado à relevância que assumiu a questão agrária para a urbanização do país. Por isso, lançou propostas para amenizar a capacidade ociosa que cerca os trabalhadores temporários que vivem nas cidades, propondo uma realocação desta população baseada em um caráter não necessariamente rural. Desta forma, buscamos analisar suas concepções e contribuições para a compreensão do Programa Vila Rural, pois ambos apresentam semelhanças em suas propostas.

Segundo Rangel apud Graziano da Silva (2000, p.14), a elaboração de uma reforma agrária

depende do gênero de problemas propostos pelos setores não-agrícolas ao agrícola, ou seja, depende, em primeiro lugar, da magnitude da procura de mão-de-obra na indústria, no governo e nos serviços, vale dizer, depende da intensidade do processo de formação de capital, porque é sabido que a procura de mão-de-obra nestes últimos setores varia diretamente com o nível da atividade econômica geral, o qual, por sua vez, é função do volume dos investimentos.

O autor ressalta também a relevância do setor agrícola como elemento estabilizador do sistema econômico, relacionado à questão da demanda de mão-de-obra para as cidades, pois caso esta necessidade se acentue, o meio rural liberará trabalhadores e aumentará o suprimento de bens agrícolas ao mercado. Caso contrário, poderá se pensar em uma modificação da estrutura agrária, estimulando as unidades familiares como complemento de renda, sendo menos onerosos para o Estado, pois irá subtrair os gastos urbanos que esta população despendia, servindo ainda, como mão-de-obra para os setores não-agrícolas.

A Reforma Agrária para Rangel só seria viável a partir da instalação de uma crise urbana, a qual, segundo o autor, aprofundou-se no início dos anos de 1980, com raízes no processo de modernização da agricultura e de suas relações de trabalho, empurrando para as cidades uma população sobrando que não tinha mais como ser absorvida, enquanto trabalhadores, nem pelo campo, nem pela cidade. Desta forma, agravando ainda mais os problemas estruturais urbanos, pois esta população migrante não tinha como ser absorvida produtivamente e o Estado não podia oferecer-lhe amparo.

No início do processo de substituição de importações, o departamento de bens de produção (D1) absorvia grande parcela desta população oriunda do êxodo rural, pois estas indústrias se encontravam ainda em um modo de produção artesanal. Entretanto, com a passagem para uma produção moderna, não havia mais necessidade da mesma proporção de mão-de-obra, deixando a crise agrária totalmente exposta nas cidades, chegando assim, o momento de se pensar em uma Reforma Agrária que permitisse amenizar o aumento populacional nas cidades com suas conseqüências sociais e econômicas.

Para Rangel apud Graziano da Silva (2000, p.26)

a realização ou não de uma reforma agrária no país era um problema da correlação de forças políticas que presidiam o nosso desenvolvimento, e não uma condição para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira,

pois, acreditava que para se alcançar este estágio seria necessária uma ampliação da divisão do trabalho na sociedade, conseguida com a desagregação dos complexos rurais¹, principalmente os correspondentes à cafeicultura paulista e, posterior constituição de um complexo industrial.

Com a transferência de certas etapas do processo produtivo para as indústrias urbanas, iniciou-se uma ampliação da divisão do trabalho e do mercado interno, pois, passou-se a ocorrer trocas de produtos e serviços industriais por produtos da agricultura, transformando seu interior, anteriormente autônomo, para uma subordinação ao mercado urbano industrial.

Rangel acreditava que não era a formação de um mercado interno a condição para o desenvolvimento capitalista no Brasil, mas que este seria criado à medida que se desenvolvesse o próprio capitalismo a partir da divisão do trabalho.

Deste modo, vemos que para o autor, a reforma agrária não era responsável pelo desenvolvimento capitalista brasileiro, assumindo assim, posturas diferentes com relação aos momentos de sua implantação, dividindo períodos em que não seria necessária uma reforma, e outro, no qual havia condições propícias para sua realização.

No período pós década de 1960, Rangel apud Graziano da Silva (2000, p.17) afirmava que

não havia condições objetivas para uma revolução agrária- sem a qual a fantasmagórica ‘reforma agrária’ seria apenas uma amarga ironia- e, cúmulo de reacionarismo, que a retomada do processo de crescimento era não somente possível, como iminentemente, sem a dita reforma,

Sendo assim, Rangel apud Graziano da Silva (2000), ressaltava que devido a vários fatores como o incremento do preço da terra, o poder concentrador e dominador dos latifundiários e da burguesia industrial, que utilizavam a terra como uma forma tradicional de poupança, ofereciam barreiras para uma mudança da estrutura fundiária. Entretanto, nos anos de 1970, com a perspectiva de rebaixamento do valor das terras e com o acelerado processo de modernização conservadora agravou-se ainda mais a questão agrária e, neste momento, Rangel passa a defender a reforma agrária, concretizando

sua postura a partir de uma crise urbana acentuada nos anos de 1980.

Rangel acreditava que a modernização da agricultura não necessitava da realização prévia de uma reforma agrária pois, com o crescimento industrial, haveria uma demanda de matéria prima da agricultura, transformando-a e propiciando sua modernização a partir da introdução do capitalismo no campo, afirmando que “não se apresenta objetivamente a necessidade de nenhuma intervenção do Estado, do gênero ‘reforma agrária’, porque a própria vida vai fazendo por si toda a reforma agrária necessária.” (GRAZIANO DA SILVA, 2000, p.09)

Acreditava também que durante o período de substituição de importações, não se tornavam necessárias modificações na estrutura fundiária, pois a indústria seria o motor primário do desenvolvimento econômico brasileiro. Neste momento, os problemas agrários restringiram-se à conversão da terra em mercadoria e à questão de seu preço, levando a uma conseqüente valorização devido à demanda para os setores não-agrícolas que buscavam-na como reserva de valor e meio de defesa contra a erosão inflacionaria.

Após a década de 1970, com a introdução tecnológica na agricultura, iniciou-se uma queda no seu preço, o que se acentuou com a abertura das fronteiras agrícolas para os contingentes de pequenos e médios proprietários provenientes da região Sul do país. Neste momento Rangel passa a defender uma política de reforma agrária.

O preço da terra não decorria do poder político dos latifundiários, mas era a sustentação deste poder por gerar riquezas a partir de sua valorização, daí a proposição de que a queda de preços, ao “democratizar” a posse da terra a partir da abertura de fronteiras ou de uma reforma agrária, suporia uma destruição da base material destes proprietários, por isso, sua resistência a este processo.

Neste período em que considera viável a realização de uma reforma agrária, Rangel (1962) vai sugerir diferentes propostas dividindo o país em três grandes regiões de acordo com uma divisão funcional que exprimisse a posição destas no conjunto da economia nacional e levando em consideração suas peculiaridades. Deste modo teríamos:

- A) Regiões de nova colonização;
- B) Regiões desenvolvidas de antiga colonização;
- C) Regiões subdesenvolvidas de antiga colonização.

Nas áreas de nova colonização, como o Centro-Oeste, a qual era caracterizada por constantes pressões dos posseiros e com uma precária consolidação dos latifúndios, seriam mais viáveis mudanças na estrutura agrária, sendo facilitada pelo menor custo político, econômico e financeiro para a implementação desta nova proposta.

Para as áreas já desenvolvidas, como o Centro-Sul, ressaltava que estas se encontravam em condições maiores de experiências de créditos, certas tradições em infra-estruturas agrícolas, facilitando, assim, a implementação de um programa de preços mínimos como alternativa para a questão agrária.

Nas áreas subdesenvolvidas de antiga colonização, como o Nordeste, é que Rangel propôs uma reforma agrária baseada em minifúndios como complemento de renda para as famílias dos bóias-frias, sendo esta vertente, objeto de nossa análise e posterior comparação com o Programa Vila Rural.

Rangel (1962) pensando em uma tentativa de diminuir o excedente da população inativa das cidades, principalmente os trabalhadores temporários (bóias-frias), propõe uma reforma baseada na criação de minifúndios, com extensões de 1 a 2 hectares, variando segundo a região, para que estes trabalhadores consigam retirar seu autoconsumo e também servir de mão-de-obra tanto para o latifúndio quanto para as indústrias nas cidades, afirmando que

o resultado social seria a criação de um numeroso semi-proletariado agrícola que asseguraria uma oferta regular de mão-de-obra à grande agricultura capitalista, a qual, livre dos óbices presentes, poderia expandir e melhorar sua técnica; o trabalhador obteria um complemento de salário, sob a forma da casa própria e da pequena produção para autoconsumo; os membros “inativos” da família encontraria empregos para o seu trabalho, tornando-se menos onerosos para o chefe da família, e esta, nestas condições, tenderia a reconstituir-se (RANGEL, 1962, p.24)

Analisando esta proposta de Rangel, podemos perceber a semelhança para com o Programa Vila Rural, cujo objetivo principal é a formação de um exército de mão-de-obra que asseguraria a demanda urbana e rural.

Os minifúndios, propostos por Rangel (1962), representam economicamente um complemento de salário para o trabalhador, não de forma monetária, mas essencialmente de bens e serviços para o autoconsumo como a casa de moradia, os produtos de confecções domésticas, o cultivo de uma pequena agricultura e a criação de animais.

Segundo Rangel (1962, p.62) “não se trata de assegurar diretamente o suprimento de bens agrícolas ao mercado, mas de assegurar base material para a produção destinada ao autoconsumo”, pois quem assumirá a responsabilidade de abastecer o mercado com a produção agrícola será a grande empresa latifundiária e não os pequenos lotes, estes apenas servirão para o fornecimento de mão-de-obra.

Esta visão demonstra um caráter de interesses das classes dominantes do campo e da cidade, pois estas ainda serão as que dominarão os meios de produção e a acumulação, convertendo os produtores expropriados em mão-de-obra para a grande empresa capitalista.

Martins (1980, p.16) afirma que “o capitalismo articula num só tempo, ainda que em espaços distintos, a expropriação e a exploração”, que é o que ocorre na proposta de Rangel, pois os produtores são expropriados de seus meios de produção e agora, mesmo com um lote, não conseguem extrair a renda necessária a sua reprodução. Portanto, são submetidos à exploração pelo capital, enquanto elemento fornecedor de força de trabalho temporária, segundo as regras capitalistas da grande produção.

Neste sentido, comparando com o Programa do Estado do Paraná, podemos constatar uma semelhança no propósito tanto da instalação dos lotes (reduzidas dimensões), como na sua função de reserva de mão-de-obra para os setores agrícolas e industriais. No entanto, nas Vilas Rurais, muitos lotes não conseguem nem realizar uma economia mercantil simples que represente um complemento de renda, que seria o propósito explícito por Rangel.

O Programa Vilas Rurais e a proposta de Rangel possuem muitas semelhanças, mas verdade, estes pontos de análise de uma reforma agrária não visualizam as verdadeiras necessidades dos trabalhadores rurais, pois os lotes servirão apenas como um complemento da renda, uma vez que sua sobrevivência monetária resultará do trabalho fora dos lotes, sob a forma de emprego assalariado nos latifúndios vizinhos ou nas indústrias urbanas.

Deste modo, podemos analisar estas alternativas de reforma agrária, tanto a de Rangel como a do Programa Vila Rural, como propostas necessariamente vinculadas aos interesses do urbano e não nas condições de reprodução dos trabalhadores temporários enquanto proprietários, mas como mão-de-obra.

A implantação deste tipo de reforma, segundo o governo, surge também como uma solução menos onerosa para o Estado, pois com a formação de pequenos lotes não será necessário um dispêndio maior de capital como nos assentamentos rurais, por exemplo, nos quais sua área é maior. Todavia, observamos a partir da realidade, que os lotes das Vilas Rurais são considerados mais caros que os assentamentos.

Segundo Cervi (2001), cada lote em uma vila custa para o poder público R\$ 12 mil, em média; já com o Programa de Reforma Agrária Federal, os gastos são de R\$ 40 mil, caso haja a compra da terra, mas no caso de desapropriação fica em torno de R\$ 20 mil. Visto deste modo, o Programa Vila Rural é mais econômico, mas analisando-se profundamente, vê-se que no caso da reforma agrária, os lotes recebidos pelas famílias são de 20 hectares, em média, já nas Vilas Rurais são de 0,5 hectare. Fazendo-se uma média, cada hectare na Vila custaria R\$ 24 mil, já no programa federal varia de R\$ 1 mil a R\$ 2 mil, pois as terras destinadas à Vila Rural são geralmente próximas aos centros urbanos, portanto, são mais valorizadas.

Outra “vantagem” deste tipo de reforma propagada pelo governo paranaense é demonstrar a facilidade na aquisição dos lotes, pois este é feito a partir da inscrição no Programa, demonstrando que não é necessário lutar e ocupar como faz o MST. Deste modo, a proposta das Vilas Rurais surge como meio de conter as pressões sociais de luta pela terra.

Rangel estabelece uma separação entre o que considerava problemas propriamente agrários (superprodução e superpopulação) e os chamados impropriamente agrários (escassez de bens agrícolas e a falta sazonal de mão-de-obra), sendo o primeiro de difícil solução, pois seria necessário mudar o conteúdo do Estado, ou seja, os rumos do próprio desenvolvimento capitalista brasileira. Desta forma, considerava o segundo um problema a resolver devido à demanda sazonal de mão-de-obra requerida pelas fazendas capitalistas e a proposta de solução seria uma “reforma agrária urbana”.

Uma das grandes preocupações de Rangel era o trabalhador volante ou “bóia-fria”, caracterizando-os como um dos problemas impropriamente agrários que deveriam ser resolvidos para amenizar os problemas agrários e, principalmente, os urbanos, pois esta camada da população se concentra, a maior parte, nas periferias das cidades.

Neste ponto podemos evidenciar outra característica que apresenta semelhança com o Programa Vilas Rurais que é a atenção com os trabalhadores rurais volantes, pois de acordo com os critérios para a aquisição do lote é necessário atender tal item, ou seja, o Programa atende exclusivamente esta camada de trabalhadores, os bóia-frias.

Neste sentido, percebemos o interesse de classes que está por trás do Programa, que é a necessidade de viabilizar mão-de-obra para outros setores que detém os meios de produção e ao mesmo tempo tentar amenizar os problemas urbanos causados pelo inchaço das cidades.

Sendo assim, é mais relevante uma política pública que forneça condições para a reprodução do capital, do que uma alteração na estrutura fundiária com a formação de pequenas propriedades. Por isso, a escolha a uma Nova Reforma Agrária baseada no suposto Novo Mundo Rural, no qual tende a buscar a dinamização dos centros locais tanto urbanos como rurais a partir do estímulo às múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente rurais, pois esta política não contraria interesses da classe dominante, além de contribuir para sua manutenção.

Podemos constatar a partir das reflexões de Rangel que sua proposta de Reforma Agrária contém elementos não necessariamente rurais, pois a finalidade dela se baseava na formação de

núcleos de famílias de bóias-frias, proporcionando condições de complementar sua renda e ainda constituindo um exército de mão-de-obra temporária para a indústria e para o latifúndio, e não uma distribuição de lotes que assegura-se o desenvolvimento das forças produtivas com uma produção agrícola a partir destas pequenas propriedades e, é neste sentido que podemos caracterizar as Vilas Rurais, como uma “Reforma Urbana”.

De acordo com a visão governamental, a partir das Vilas Rurais e da proposta de Rangel, podemos observar que a produção agrícola será dominada pelas grandes propriedades, denotando-se a insignificância colocada na produção familiar enquanto pequena produção para o abastecimento agropecuária do país, demonstrando implicitamente a inviabilidade deste tipo para o desenvolvimento capitalista.

A partir desta análise, podemos visualizar a influência de Lênin (1982) tanto nas obras de Rangel (1962) como de Graziano da Silva (1999 e 2000), pois há uma convergência teórica entre estes autores, acreditando que para o desenvolvimento capitalista seria necessária a formação de uma reserva de mão-de-obra para a indústria e a criação de um mercado interno, a partir da subordinação da agricultura.

Deste modo, vemos que estes autores acreditam que o dinamismo econômico capitalista estaria dominado pelos setores da elite como a indústria e o latifúndio, tirando a importância dos pequenos produtores na produção de bens agrícolas, relegando apenas a função de trabalhadores, constituindo o exército de mão-de-obra.

Lênin (1982) analisa o processo de formação do mercado interno para o desenvolvimento do capitalismo, defendendo a desintegração do campesinato, pois este possui contradições inerentes à economia mercantil e capitalista.

Para o autor, a ruína dos camponeses não significa a liquidação do mercado interno para o capitalismo, pelo contrário, é uma condição para a evolução do mesmo, que será baseado no processo de industrialização, e que desintegrando esta camada, liberará massas para a formação do proletariado.

Segundo Lênin (1982) a emergência do modo capitalista não se vincula diretamente à ca-

pacidade de consumo das massas, mas ao grau de consumo produtivo com a demanda de meios de produção. Com isso, desenvolvendo a agricultura comercial que se tornará mercantilizada e dependente dos produtos da indústria, criando assim, um mercado interno para o capitalismo.

Para Lênin (1982) o desenvolvimento capitalista e a extinção do campesinato tenderiam a formação de duas classes sociais: a burguesia e o proletariado, nas quais esta segunda seria de extrema relevância para a formação de uma reserva de mão-de-obra para os setores dinâmicos da economia.

A proposta de Rangel (1962), além de conter influências de Lênin (1982) vai de encontro com a linha teórica de Graziano da Silva (2000, p.21), principalmente no que se refere ao trabalhador rural volante, no qual afirmava que

a “solução de mercado” para a sazonalidade da demanda de mão-de-obra na agricultura capitalista era a generalização da figura do “bóia-fria” ou volante, o qual representava o não pagamento dos tempos de não trabalho dos trabalhadores rurais permanentes

Ambos os autores analisavam a questão do trabalho temporário como elemento necessário para o desenvolvimento da produção agrícola latifundiária, pois com a tecnificação do campo brasileiro, a agricultura passou a exigir o trabalho humano em apenas algumas fases do processo produtivo, não havendo a necessidade do trabalhador permanente, o que elevaria seu custo devido ao pagamento de encargos sociais.

Tanto Rangel (1962) como Graziano da Silva (2000), defendem o desenvolvimento capitalista a partir da industrialização e da subordinação da agricultura a esta, criando um mercado interno com a desagregação dos complexos rurais e posterior divisão do trabalho; ressaltando também a relevância na formação de proletários temporários para os setores agrícolas e não-agrícolas, uma vez que a tecnificação do campo só será conseguida pelos proprietários mais capitalizados.

Deste modo, exprime a negação ao pequeno produtor e sua dependência ao latifúndio, pois estes ainda serão os que dominarão os meios de

produção da agricultura, demonstrando algumas características das idéias de Lênin (1982).

Uma das concepções de Graziano da Silva (1999) afirmam que no momento em que vivemos a proposta de Rangel seria a mais ideal para tentar resolver os problemas agrários e urbanos, com isso, baseado em suas idéias propõe uma reforma com caráter não estritamente agrícola.

A necessidade de uma reforma agrária neste moldes seria relevante no sentido de que os problemas fundamentais da produção agrícola e de seus preços seriam resolvidos pelos complexos agroindustriais, uma vez que o abastecimento agropecuário seria dominado pelos setores das médias e grandes propriedades e não pelas pequenas.

Esta política agrária contribuiria para equacionar a questão do excedente populacional de uma forma menos onerosa para o estado, no qual Graziano da Silva (1999, p.133) ressalta que uma “reforma agrária que permitisse a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas teria a grande vantagem de necessitar de menos terra, o que poderia baratear significativamente o custo por família assentada” e ainda dar subsídios para a obtenção de uma forma de complementar a renda, pois a principal será derivada pelos trabalhos externos.

Segundo Graziano da Silva (1999), é preciso no momento atual, a criação de programas de reforma agrária que aproveitem a baixa dos preços da terra, favorecendo a criação de mecanismos que dêem maior possibilidade de acesso a ela sem reativar os mercados de compra e venda do ativo, porque qualquer atitude neste sentido interromperá a queda de seus preços.

Neste sentido, o autor propõe uma reforma agrária com traços urbanos como alternativa de gerar empregos (agrícolas e não-agrícolas) para uma camada da população de trabalhadores rurais temporários que incham os centros urbanos, sendo onerosos para o Estado que não dispõe de recursos diante do atual momento conjuntural que se encontra o país. Deste modo, esta proposta vem como uma alternativa de realocação desta população sendo mais barato e ainda servindo como exército de mão-de-obra para os setores motores do dinamismo econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desta breve consideração das idéias e contribuições de Ignácio Rangel, vemos que o autor analisa a questão agrária atrelada à necessidade dos setores urbanos e das grandes propriedades, no qual, em certo período econômico da história brasileira, vai sugerir uma nova proposta de realocação da população rural que se encontra nas cidades, considerando como um tipo de “reforma agrária” a partir de uma perspectiva diferente do modelo clássico.

Com isso, vemos a partir de sua proposta, que a Reforma Agrária seria viável apenas para resolver problemas ligados aos setores não-agrícolas, evidenciando uma face urbana em sua perspectiva, pois para ele o desenvolvimento econômico só será obtido através da industrialização, e a instalação dos minifúndios com a formação de reservas de mão-de-obra que suprirá tanto o mercado industrial como o latifundiário, servindo ainda como um mercado consumidor.

Portanto, podemos denotar em suas concepções, uma semelhança com a proposta de realocação da população de bóias-frias realizada pelo governo do Estado do Paraná com o Programa Vila Rural, pois ambos visualizam a formação de pequenos núcleos destinados a formação de um exército de mão-de-obra para os setores agrícolas e não-agrícolas, além de conter implicitamente elementos que vão de encontro com os interesses das classes dominantes que é a necessidade de trabalhadores para suprir as atividades dinamizadoras do desenvolvimento econômico brasileiro e principalmente abafar os efeitos dos movimentos sociais que reivindicam uma modificação na estrutura fundiária, o que contraria interesses dos latifundiários e do Estado.

Vemos que a proposta de “reforma agrária” de Rangel surgida na década de 70, emergiu com uma nova roupagem em 1995 denominada de Programa Vila Rural, no qual este é caracterizado por conter a mesma essência, assumindo apenas algumas peculiaridades devido ao período econômico, político e social do momento atual da realidade paranaense.

Constatamos a partir da análise do Programa que este é um projeto específico do Estado do Para-

ná, cujo objetivo inicial é sua expansão para outros territórios do país, mas durante estes oito anos não extrapolou seus limites. Sendo assim, podemos então questionar será que possui elementos positivos a ponto de ser adotado por outros governantes?

A nosso ver, uma proposta de reforma agrária não necessariamente rural, baseada nas Vilas Rurais, leva em consideração apenas às necessidades das classes capitalistas, negligenciando a parcela da população que é atendida, relegando-a a serem trabalhadores temporários sem levar em conta sua reprodução econômica, social e política enquanto pequeno produtor, pois o domínio da produção agrícola será, ainda, das grandes propriedades. Com isso, demonstrando a inviabilidade da pequena produção para o desenvolvimento do país.

NOTA

¹ Complexos rurais seriam as atividades desenvolvidas no interior das fazendas da época da colônia, baseadas em uma economia natural e com uma incipiente divisão do trabalho, pois estes, internalizavam todos os processos produtivos, desde a produção de bens de consumo, meios de produção e o abastecimento do mercado, realocando os recursos ociosos na produção para exportação. Desta forma, os complexos eram auto-suficientes, pois dominavam quase todos os setores produtivos.

REFERÊNCIAS

CERVI, Emerson. *Vilas Rurais não obtém auto-suficiência*. Folha de Londrina, Londrina; 11/02/2002. Caderno Reportagem, p.15-16.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Vilas Rurais*. Consultado na INTERNET, em 25 de fevereiro de 2002. <http://www.pr.gov.br/vilasrurais>.

GRAZIANO DA SILVA, José. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. In: *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP; IE, 1999. p.129-140.

_____. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*/ Ignácio Rangel. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

LÊNIN, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. Tradução de José Paulo Netto; Revisão, com base no original russo por Paulo Bezerra. São Paulo: Abril Cultural, 1982

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência*. A questão política no campo. São Paulo: HUCITEC, 1980.

OLIVEIRA, Ciléia Claudia. *Vila Rural João Inocente: a volta ao campo?*. Londrina, 1999. Monografia (Bacharel em Geografia). Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina.

PONTE, Karina F. *Programa Vila Rural. Uma alternativa no assentamento da população de origem rural. O caso da Vila Rural Taquara do Reino de Iporã-Pr*. Londrina, 2002. Monografia (Bacharel em Geografia). Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina.

RANGEL, Ignácio. *A questão agrária brasileira*. Recife: CDEP, 1962.